

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Essa MP vai cair

O governo pode dizer adeus à medida provisória que estabelece o voto de qualidade do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). Era o que mais se comentava no lançamento da Frente Parlamentar Mista da Indústria, que contou com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin.



O DF sofreu assédio orçamentário. Mexer nessa correção do fundo constitucional é um absurdo"

Do senador **Eduardo Gomes (PL-TO)**

Empate técnico

Os cálculos de especialistas da Petrobras indicam que Lula ganhou pelo menos um ano ao decidir por estudos antes de bater o martelo pela exploração de petróleo na costa do Amapá. Vitória parcial de Marina Silva. Mas na medida provisória de reestruturação do governo, ela será derrotada.

Os limites estão postos

A votação das novas regras fiscais e a confusão que se tornou a das medidas provisórias deixam claro os limites que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e os partidos de centro prometem colocar no governo. O que for para manter a economia do país nos eixos, ou melhorar a rota, será feito. Nesta seara, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá poucos problemas no Parlamento.

Porém, o que for prejudicial à economia ou pauta ideológica, Lira estará para Lula como Rodrigo Maia estava para Jair Bolsonaro, em 2019 e 2020. O então presidente da Câmara controlava a pauta e ajudava na área econômica e tinha um bom relacionamento com o ministro Paulo Guedes e seu time. Lira faz o mesmo em relação ao governo Lula e não se furta em ajudar o ministro Fernando Haddad.

Em conversas reservadas, muitos dizem que se Lula quiser viver bem com os congressistas, fará um pente-fino na sua agenda e olhar para o futuro. Se a pauta do governo coincidir com a do Congresso mais conservador, o presidente terá um sucesso para chamar de seu, como foi a negociação do arcabouço fiscal. Caso contrário, as derrotas virão tal e qual já ocorreu com a proposta do saneamento.



CURTIDAS

Ed Alves/CB/DA.Press



Dois ministros, uma medida/ Logo no início do governo, o ministro da Previdência, Carlos Lupi (foto), levou um pito do presidente Lula por causa da redução dos juros do consignado para aposentados. Márcio França, dos Portos e Aeroportos, também levou uma bronca por causa das passagens a R\$ 200 sem combinar com todo o governo.

Pesos diferentes/ O presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, porém, emitiu um parecer sobre as pesquisas de petróleo no Amapá sem combinar com mais ninguém no governo e ficou por isso mesmo. Até aqui, prevalece a posição dele.

Ciro Nogueira vai ajudar/ O presidente do PP, senador **Ciro Nogueira (PI)**, aliado de primeira hora da vice-governadora **Celina Leão**, promete se empenhar para tentar preservar o fundo constitucional do Distrito Federal. É bem provável que a oposição feche com a bancada do DF em prol da manutenção dos recursos para Brasília.

Quando um fala.../... poucos escutam. Com uma ala do Salão Nobre restrita a deputados e outras autoridades, a maioria dos convidados foi obrigada ficar de pé, no saguão, durante a solenidade da Frente Parlamentar da Indústria. A conversa foi tanta que **Geraldo Alckmin** teve que pedir silêncio e mal conseguia ser ouvido, dados os decibéis das conversas paralelas. Há tempos, a troca de comando de uma frente parlamentar não reunia tanta gente na Câmara. **Alckmin**, garantem os deputados, tem perfume de poder.

PETRÓLEO NO NORTE

Fratura exposta no Congresso

Alexandre Silveira e Marina Silva sustentam opiniões conflitantes, no Senado e na Câmara, sobre a prospecção na costa do Amapá

» TAINÁ ANDRADE

A dificuldade de uma convergência de concepções, dentro do governo, sobre exploração de petróleo na costa do Amapá ficou clara, ontem, no Congresso. Isso porque, enquanto o ministro Alexandre Silveira, da Minas e Energia, defendia, em audiência no Senado, que a Petrobras possa prospectar na foz do Rio Amazonas, na Câmara a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, ia na direção contrária, propondo, inclusive, que a estatal se dedique a desenvolver tecnologias para a obtenção de fontes renováveis e não poluentes de energia.

Silveira foi enfático que a posição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é "uma incoerência e um absurdo" em relação ao desenvolvimento econômico. "O parecer não tem questões intransponíveis. Outras petroleiras no mundo ganharam blocos de petróleo ali e vão discutir com a União ressarcimento de recursos investidos, inclusive de outorga (para exploração)", alertou.

A posição do ministro foi respaldada pelos senadores, sobretudo os da Região Norte. Para eles, a Amazônia não pode ser transformada em um "santuário", enquanto o povo passa fome. "Se analisarmos sobre os aspectos sociais, ambientais e econômicos, vamos analisar a sustentabilidade dos projetos. E, analisando isso, é claro que vamos ter avanços", disse Eduardo Braga (MDB-AM), acrescentando que considera a legislação ambiental brasileira desconectada de projetos estratégicos para o desenvolvimento do país.

O senador Lucas Barreto (PSD-AP) foi enfático na defesa

da exploração do litoral norte brasileiro. "Olhar para a árvore não enche barriga. Sessenta por cento do povo (amapaense) está abaixo da linha da pobreza, passando fome. Ninguém nos paga para preservar, somos escravos ambientais. Costumo dizer que o povo amapaense é o mais rico do planeta, mas está em cima da riqueza, na pobreza, contemplando a natureza", criticou.

Barreto teme, ainda, que se a Petrobras não tomar conta da exploração petrolífera da região, corre o risco de, do Suriname, a prospecção ser feita fora de parâmetros adequados — e ainda se apossar daquilo que, por direito, é brasileiro. Conforme enfatizou, o país vizinho vai "sugar de canudinho da mesma plataforma esponjosa o petróleo e gás".

Energia renovável

Na Câmara, Marina voltou a defender a posição adotada pelo Ibama e insistiu na entrega, pela Petrobras, da avaliação ambiental estratégica para a viabilidade da exploração. Ela salientou que a elaboração da análise leva até dois anos e meio para ser realizada e esquadriha todos os potenciais problemas ambientais.

Marina, porém, criticou a estatal, sugerindo que a empresa não deveria se ater à exploração de petróleo, mas, sobretudo, deveria buscar caminhos para colocar o país na "vanguarda da produção de energias renováveis".

"O que a Petrobras vai fazer, se vai recorrer, se vai reapresentar [o projeto], isso é a rotina. O Ibama é que vai julgar. A decisão do governo é de que vai precisar fazer a avaliação. Às vezes, a gente perde muito tempo com os atalhos, e os atalhos não são bons em determinadas questões", observou.

Roque de Sá/Agência Senado



Silveira classificou a decisão do Ibama como "um absurdo" — e foi apoiado pelos senadores da Região Norte

» Lula escolhe dois ministros do TSE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva escolheu dois novos ministros para compor o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Floriano de Azevedo Marques Neto ocupará a vaga deixada por Sérgio Banhos e André Ramos Tavares assume a cadeira até então ocupada por Horbach. Os nomes foram escolhidos entre os quatro magistrados que formaram uma lista quádrupla enviada a Lula pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Cada ministro do TSE tem mandato de até dois anos. Os novos magistrados participarão do julgamento que pode declarar a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro, acusado de abuso de poder político, entre outras imputações em razão de sua conduta durante as eleições de 2022.

CPI tem briga por minuto de silêncio

» TAÍSA MEDEIROS

A CPI do Movimento dos Sem-Terra (MST) voltou a ser, ontem, palco para troca de agressões entre bolsonaristas e governistas. Dessa vez, o confusão foi entre a deputada Talíria Petrone (PSol-RJ) e Eder Mauro (PL-PA), notório por posições extremistas contra os partidos de esquerda e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O tumulto começou quando a parlamentar pediu um minuto de silêncio pelos seis anos do massacre de Pau D'Arco. O episódio foi em 2017, quando 10 trabalhadores rurais foram

assassinados no município do sudeste paraense, em uma operação das polícias Militar e Civil sob a justificativa de que cumpriam mandato de reintegração da posse da fazenda Santa Lúcia. "Em memória a todas as vítimas no campo, em especial às vítimas de Pau D'Arco", disse Talíria, sendo interrompida por uma questão de ordem pedida por Mauro. "O senhor não vai conceder um minuto de silêncio? Foram 10 vítimas. O parlamento brasileiro vai passar essa vergonha?"

O bolsonarista rebateu: "Distúrbio do minuto de silêncio, sou

contra. Se derem o minuto de silêncio, vou ficar falando durante. Quando a polícia foi cumprir o mandato judicial de reintegração, foi recebida à bala. E os policiais reagiram. Eu vou dar um minuto para bandido? Nunca que vou dar um minuto!", gritou. Apesar da reação do bolsonarista, Talíria e a deputada Sâmia Bonfim (PSol-SP) leram os nomes das vítimas da chacina. Enquanto o restante da bancada respondia "presente", o deputado chamava a cada um de "bandido".

Talíria, então, questionou se o presidente da CPI, deputado Tenente Coronel Zucco

(Republicanos-RS), permitira a provocação. "O senhor está negando um minuto de silêncio. Isso é um desrespeito com as famílias das vítimas, com os trabalhadores do campo", argumentou.

Zucco respondeu que concederia o espaço para a homenagem se não fossem as objeções. E tentou compensar dando a Talíria um minuto para homenagear as vítimas.

"Como tínhamos parlamentares que não iam respeitar, a presidência passou a palavra para um deputado do governo, dando o referido minuto para que fizesse sua manifestação", explicou Zucco.